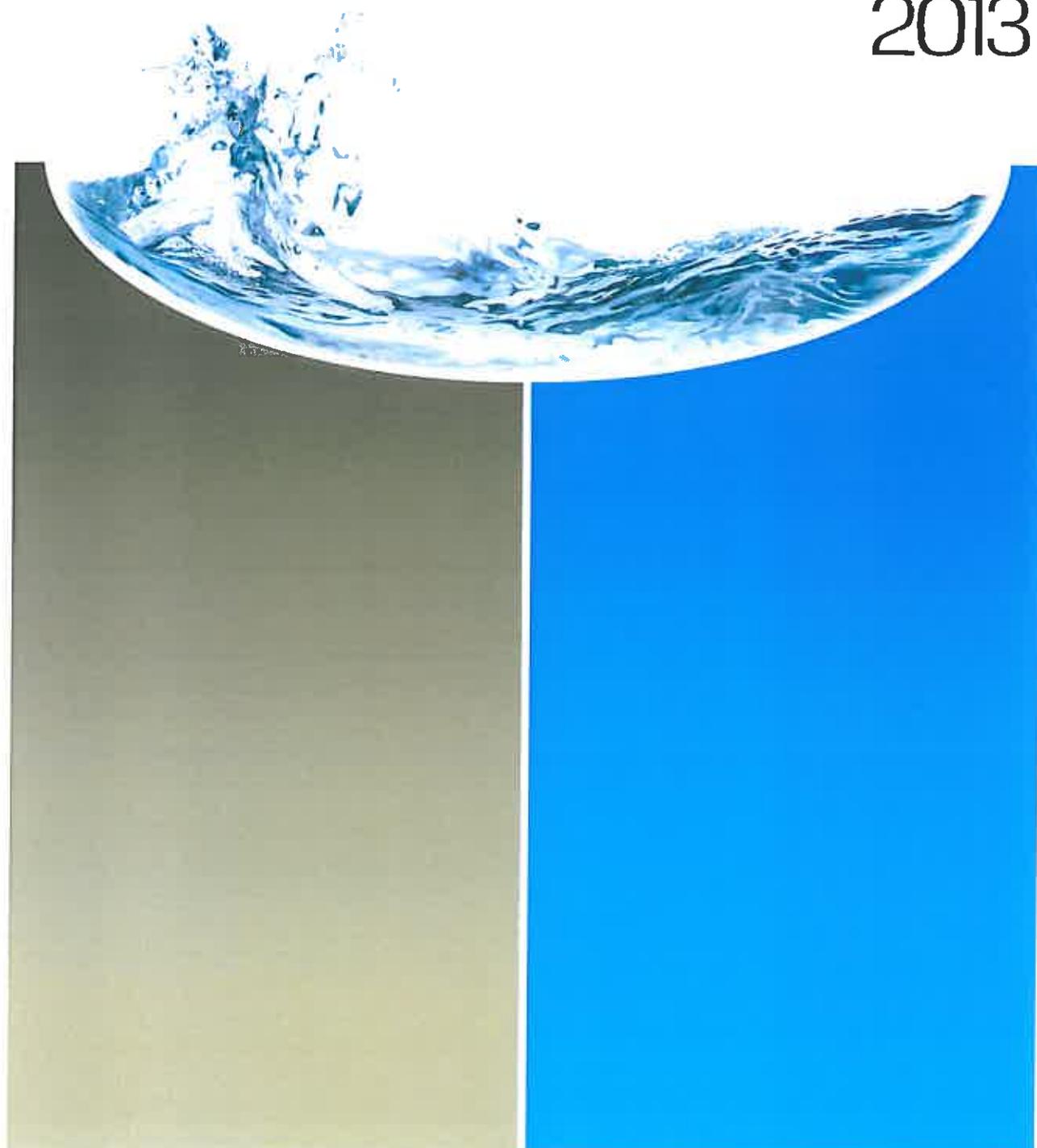




# relatório e contas

aquafundália  
águas do fundão, s.a.

2013



“

Pela sede, se aprende o valor da água.

”

Emily Dickinson



## ÍNDICE

01.   RELATÓRIO DE GESTÃO .....	2
02.   DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....	20
03.   ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	25
04.   CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	42



Senhores Accionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respectivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

*Handwritten signature*

# 01. | RELATÓRIO DE GESTÃO



## AMBIENTE MACROECONÓMICO

### Enquadramento Internacional

As actuais projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para o abrandamento do crescimento da economia mundial, em 2013, para valores em torno de 2,9% (3,2% em 2012), e para um reforço em 2014, para cerca de 3,6%. O comércio mundial de bens e serviços deverá registar um crescimento médio anual de 3,9%, em volume, já em 2013 e 2014 - um valor superior ao crescimento de 2,8% registado em 2012, mas inferior ao valor médio registado na década de 2000 (5%).

Face a Julho de 2013, estas previsões constituem uma revisão em baixa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial para 2013 e 2014, devido sobretudo às perspectivas de um crescimento menos forte das economias emergentes, com particular destaque para a Índia e Rússia. A China viu também as suas perspectivas de crescimento revistas em baixa mas em menor grau. Esta evolução reflecte a desaceleração da procura externa, preços de matérias-primas mais baixos, políticas económicas menos expansionistas e receios quanto à estabilidade financeira nalgumas economias emergentes.

Para 2014, prevê-se uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente sobretudo no reforço do crescimento em algumas das economias avançadas, um crescimento mais moderado no Japão e uma recuperação da economia da União Europeia (UE). Porém, é de referir que as economias da UE continuam a evoluir de forma distinta, verificando-se um crescimento mais forte nos países bálticos e mais fraco nos países da área do euro sujeitos a programas de ajustamento económico.

Contudo, e na sequência da evolução registada nos últimos anos, os desequilíbrios externos entre as regiões deverão continuar a reduzir-se, dada a tendência de um crescimento mais fraco nas economias avançadas que se encontram mais endividadas (caso dos EUA e alguns países da área do euro) enquanto a procura interna nas economias de mercado emergentes, apesar da revisão em baixa, tenderá a crescer a um ritmo elevado, destacando-se, entre os países asiáticos, a China.

A incerteza associada às perspectivas económicas mundiais é ainda elevada. No caso da área do euro, deve-se à continuação da crise das dívidas soberanas e à ainda fraca robustez do sistema financeiro e bancário; e, no caso dos EUA, decorre da indefinição do acordo de médio prazo de redução da dívida pública e dos possíveis efeitos da redução de estímulos monetários por parte da Reserva Federal na volatilidade e instabilidade dos mercados financeiros internacionais. No período mais recente, surgiram ainda sinais de alguma instabilidade financeira nos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente naqueles que apresentam um défice externo mais elevado (casos da Índia, Indonésia e Brasil). Estes sinais conduziram a saídas de capitais, depreciações cambiais e aumento dos seus custos de financiamento, contribuindo para as perspectivas de abrandamento do crescimento dessas economias.

No que se refere à área do euro, é de salientar que foram alcançados alguns progressos em termos de construção da união bancária europeia e de aplicação de medidas não convencionais de política monetária através do Banco Central Europeu (BCE). Estes desenvolvimentos permitiram reduzir o risco de fragmentação da área do euro, uma vez que resultaram na melhoria das condições de financiamento nos mercados internacionais e na diminuição dos prémios de risco, com especial impacto nos países periféricos mais atingidos pela crise das dívidas soberanas. Porém, não obstante a redução do diferencial de rentabilidade das taxas de juro de longo prazo dos países periféricos face à Alemanha e o aumento da confiança dos agentes económicos, as empresas e famílias - que continuam em processo de desalavancagem - continuam a suportar condições de financiamento desfavoráveis. Tal deve-se, em parte, à persistência da situação de fragilidade e de fraca rentabilidade dos bancos, conduzindo à manutenção de condições



p.3

restritivas na concessão do crédito, com repercussões ao nível da procura interna. Com efeito, os empréstimos concedidos às empresas não financeiras na área do euro deterioraram-se ao longo do ano de 2013.

Face aos referidos progressos, o PIB da área do euro diminuiu 0,9% em termos homólogos no primeiro semestre de 2013, tendo porém apresentado uma recuperação significativa no segundo trimestre, a qual se deve prolongar pelo segundo semestre dada a evolução positiva dos indicadores de confiança. O PIB trimestral em cadeia, por sua vez, registou um aumento de 0,3% no segundo trimestre, invertendo a tendência de quebra consecutiva registada desde o quarto trimestre de 2011. É de referir que esta recuperação foi comum à generalidade dos países.

A evolução da actividade económica da área do euro no primeiro semestre de 2013 reflectiu uma diminuição da procura interna, especialmente significativa em termos do investimento, e um fraco crescimento das exportações. Ao nível do mercado de trabalho, a taxa de desemprego média da área do euro subiu para 12,0% no mês de Agosto (11,4% em 2012).

O Japão registou uma melhoria económica no primeiro semestre de 2013, registando uma taxa de crescimento homóloga do PIB de 0,7%, devido sobretudo ao fortalecimento do investimento privado residencial.

Em relação aos EUA, no primeiro semestre de 2013 verificou-se um crescimento do PIB de 1,5% em termos homólogos, mantendo-se uma expansão económica moderada assente num crescimento elevado da procura interna privada, associado a um crescimento robusto do investimento residencial (13,9%) e uma recuperação do consumo privado (1,9%). Porém, é de referir que a perspectiva de uma retirada progressiva dos estímulos monetários e a não concordância entre os partidos no Congresso sobre o orçamento federal e tecto da dívida pública têm tido um efeito negativo nas perspectivas para a actividade económica, designadamente para o consumo privado e para o investimento.

p.4

#### Economia Nacional

Em 2013, a evolução da economia portuguesa continuou significativamente condicionada pelo processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos. A correcção dos desequilíbrios envolve a adopção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenada e gradual do sector privado, que determina uma forte contracção da procura interna.



Este conjunto de medidas encontra-se enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), cuja implementação se tem desenvolvido num contexto macroeconómico internacional particularmente desfavorável, nomeadamente com uma situação recessiva na área do euro que só começou a ser ultrapassada em meados do corrente ano.

Adicionalmente, o cumprimento do PAEF tem vindo a ocorrer num enquadramento financeiro internacional caracterizado por uma fragmentação na área do euro, apesar de alguns sinais recentes de melhoria, e por níveis muito elevados de incerteza, relacionados com a persistência da crise da dívida soberana na área do euro. Mais recentemente, é de sublinhar a incerteza institucional subjacente ao ritmo de consolidação orçamental nos Estados Unidos, bem como à respectiva orientação da política monetária.

Neste contexto, tem-se registado uma correcção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinala-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafecção de recursos no sentido dos sectores produtores de bens e serviços transaccionáveis.

A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contracção da procura interna, mais acentuada em 2012 e no início de 2013.

Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento dos saldos negativos da balança corrente mais rápido do que o inicialmente previsto, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, muito associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos. O ano de 2013 encontra-se contudo marcado pelos primeiros sinais de inversão do ciclo económico, associados a uma estabilização da procura interna e à persistência de ganhos de quotas de mercado por parte das empresas exportadoras.

Após a quebra de 3,2% da actividade económica verificada no ano de 2012, os dados mais recentes divulgados pelo INE indicam uma contracção de 3,1% em termos homólogos no primeiro semestre de 2013, (-4,1% e -2,1%, no primeiro e segundo trimestres respectivamente). Esta evolução é explicada por um comportamento menos negativo da procura interna quando comparada com o segundo semestre de 2012, bem como pela manutenção de um contributo positivo da procura externa líquida, ainda que menos expressivo. Considerando a evolução em cadeia, o PIB cresceu 1,1% no segundo trimestre, com a procura interna a contribuir com 0,8 p.p. para este aumento.

De facto, apesar das condicionantes externas, nomeadamente os constrangimentos do mercado comunitário e as crescentes tensões nos mercados emergentes, as exportações de bens e serviços aceleraram no segundo trimestre de 2013, crescendo 7,3% quando comparadas com igual período do ano anterior. Esta evolução representou um ganho significativo de quotas de mercado. Também se assistiu a uma quebra homóloga significativamente inferior à do primeiro trimestre no consumo privado, e no Investimento (FBCF), não compensada pela recuperação das importações de bens e serviços.



p.5

No final de 2012 e tendo o ano de 2005 como base, as exportações de bens e serviços eram cerca de 30% superiores, enquanto que as importações e a procura interna eram inferiores em 0,5% e 9,6%, respectivamente (se compararmos com 2010, as exportações de bens e serviços foram 10,3% superiores e as importações e a procura interna, 11,6% e 11,4% inferiores, respectivamente).

Para 2014, prevê-se uma recuperação da procura externa relevante para Portugal, em consequência da melhoria da actividade económica dos principais parceiros comerciais, com reflexos na evolução das suas importações. Antecipase a manutenção das taxas de juro de curto prazo num nível baixo, bem como uma diminuição do preço do petróleo após a subida verificada na segunda metade de 2013, e uma ligeira depreciação do euro face ao dólar.

O crescimento da procura externa relevante para Portugal em 2014 encontra-se em linha com a retoma da economia mundial e, em particular, com a recuperação da economia da área do euro, onde se encontram os principais parceiros da economia portuguesa (Espanha, Alemanha, França e Itália), assim, o PIB da área do euro deverá apresentar um crescimento de 1%, interrompendo a quebra registada nos dois anos precedentes.

Para 2014, prevê-se um crescimento do PIB em 0,8%, em consequência de uma contribuição menos negativa a procura interna, bem como a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida. Este último contributo é menos relevante em 2014 do que em anos anteriores, fruto de uma aceleração das importações de bens e serviços em resposta à estabilização do consumo privado e ao crescimento do investimento (FBCF).

Esta nova dinâmica da procura interna vem materializar a normalização da actividade económica. Dada a manutenção de um elevado crescimento das exportações, é de esperar que o ajustamento das contas externas continue: o saldo conjunto da balança corrente e de capital deverá fixar-se em 3,5% do PIB, aumentando a capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, e a balança corrente deverá atingir um excedente equivalente a 1,9% do PIB, reforçando assim o resultado de 2013.

A taxa de desemprego deverá situar-se nos 17,7%, acompanhada pela manutenção de uma produtividade aparente do trabalho positiva (apesar de em desaceleração) e uma queda do emprego inferior à registada em 2013. O aumento do desemprego previsto para 2014, ainda que em desaceleração face ao andamento registado desde 2011, é fruto da manutenção do processo de ajustamento económico e da conseqüente reafecção de recursos da estrutura produtiva dos sectores de bens não transaccionáveis para os sectores de bens transaccionáveis. No curto prazo, os custos desta reestruturação deverão continuar a penalizar o mercado de trabalho, que reage com maior desfasamento à recuperação da actividade económica.

O consumo público, por sua vez, deverá diminuir em 2,8% no próximo ano, como resultado da continuação do processo de ajustamento da despesa pública.

Tal como mencionado anteriormente, prevê-se que o investimento apresente uma evolução positiva de 1,2%, resultante de uma melhoria do investimento empresarial, em conjunto com condições de financiamento mais favoráveis da economia portuguesa. O consumo privado deverá apresentar uma recuperação de 0,1% em 2014, após o ajustamento ocorrido nos últimos três anos. Esta variação ligeiramente positiva deverá ser sustentada, tendo em consideração que nos últimos anos se verificou uma trajectória ascendente da taxa de poupança, bem como uma redução do endividamento das famílias.

A inflação deverá atingir 1% em 2014, num contexto de ausência de tensões inflacionistas nos mercados internacionais de *commodities*. Esta ligeira subida da inflação de cerca de 0,4 p.p. face a 2013 traduzirá alguma maior pressão ascendente sobre os preços da melhoria da procura interna, e algum ganho de rentabilidade dos empresários, após anos consecutivos de contracção das margens de lucro.

#### Enquadramento Sectorial

O sector manteve o prosseguimento da estratégia e dos objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agrolindustriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto n.º 8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.



Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infraestruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflita os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

Em resumo, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos, em linha com o Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, que veio alterar o enquadramento legal do sector, estabelecendo princípios de universalidade de continuidade e qualidade de serviço, deficiência e equidade dos tarifários aplicados, entre outros, independentemente do modelo de gestão adoptado.

## ACTIVIDADE DA EMPRESA



A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., é a empresa concessionária do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água Para Consumo Público e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho do Fundão, por contrato celebrado a 24 de Fevereiro de 2011, com o Município do Fundão, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objecto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

### Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

## INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca 4 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido, deverá realizar-se durante os quatro primeiros anos de Concessão.

p.7

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Aquafundalia irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 8.4 milhões de euros.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município do Fundão, rubrica de referência na actividade corrente da Aquafundalia, o mesmo apresentava no final do ano de 2013 o seguinte desenvolvimento, de entre os quais podemos salientar os mais importantes:

### Projectos a decorrer, integrados no Plano de Investimentos Obrigatório

Relativamente ao Plano de Investimentos Obrigatório da Concessão, estão a decorrer os seguintes projectos:

- Ampliação da rede de drenagem de águas residuais nas Ruas dos Tintureiros e Mestre dos Panos;
- Ampliação da rede de drenagem de águas residuais na Estrada Principal do Salgueiro;
- Ampliação da rede de saneamento em Silvares (Cimo do Lugar);
- Ampliação da rede de drenagem de águas residuais;
- Ampliação da rede de abastecimento de água no Caminho das Azenhas;



#### Reabilitação do parque de contadores

No decorrer de 2013 foram substituídos 1.165 contadores. Esta renovação deve-se principalmente a avarias nos acessórios do contador, ou ao seu estado de conservação.

Relativamente aos locais municipais, foram instalados 127 contadores e outros 25 em autarquias locais.

#### Sectorização da rede de abastecimento de água

Com o fim de sectorizar a rede de abastecimento de água no concelho do Fundão, a Aquafundalia instalou diversos contadores à saída de reservatórios e na rede de abastecimento.

#### Plano de minimização de perdas de água

Com o fim de minimizar as perdas de água, a Aquafundalia instalou também válvulas reductoras de pressão no Castelo Novo (3), Fundão (2), Alpedrinha (2), Aldeia de Joanes (2), Silvares, Souto da Casa (3), Lavacolhos, Alcaide e Enxames (2).

#### Telegestão

Durante o ano de 2013, a Aquafundalia, Águas do Fundão, S.A. iniciou o processo de implementação do sistema de telegestão, estando neste momento instalados 3 emissores de dados.

p.8

Outros projectos entregues à concedente pendentes de aprovação.

Foi ainda entregue à concedente o seguinte projecto que se encontra pendente de aprovação:

- Ampliação da Rede de Saneamento em Silvares - Címo do Lugar

#### Aspectos Técnicos

##### Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aquafundalia, aos utilizadores do concelho de Fundão é verificada através de recolhas efectuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2013.



Este programa foi aprovado em 19 de Dezembro de 2012 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.

##### Volumes de água comprada e captada

O volume de água comprada diminuiu cerca de 5,6 % em relação a igual período do ano de 2012 principalmente pelo aumento do rendimento hidráulico da rede, fruto da reparação de muitas roturas.

##### Volume facturado por tipo de utilizador

Em relação ao volume facturado, o maior volume de facturação provém dos utilizadores domésticos, seguido dos utilizadores de comércio.

#### Intervenções na rede de água potável

No ano de 2013 o número de intervenções em ramais de abastecimento e em condutas diminuiu consideravelmente. Houve uma diminuição, entre 2012 e 2013, de cerca de 18% no número de intervenções na rede de abastecimento.

#### Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número de intervenções na rede de saneamento de águas residuais diminuiu entre 2012 e 2013 cerca de 3%. Esta diminuição ficou a dever-se sobretudo, à eliminação de problemas crónicos que existiam na rede de saneamento.

#### Plano de Investimentos Executado

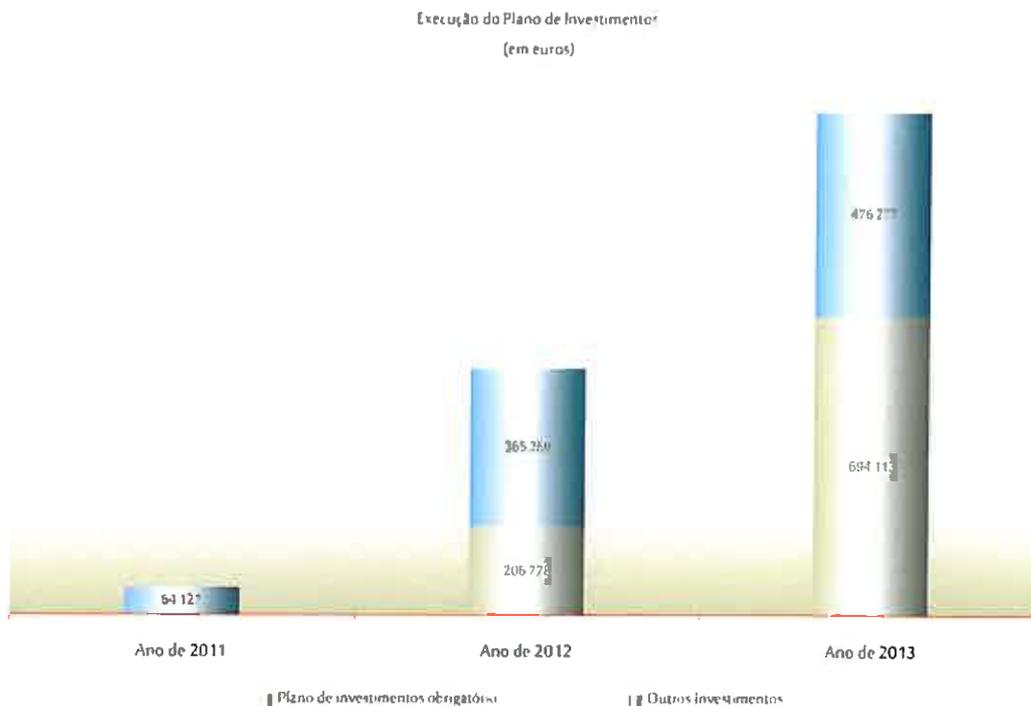
O investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2013 foi de 598,242.16 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final do ano de 2013 o montante acumulado de 1,170,389.36 euros, o qual, face ao valor inicialmente definido como obrigatório (2,000,000.00 euros), acrescido do montante de outros investimentos não obrigatórios (3,250,000.00 euros), apresenta uma percentagem de realização de quase 23% (34.71% relativamente aos investimentos obrigatórios e 14.65% relativamente aos investimentos não obrigatórios).

No gráfico abaixo apresenta-se a evolução registada no Plano de Investimentos, ao nível das grandes rubricas:

- Plano de Investimentos obrigatório;
- Investimentos não obrigatórios;

p.9

relativamente aos últimos 3 anos da sua execução:



Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquafundalia a final de Dezembro de 2013 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de PH e cloro Vale de Prazeres	43,062.49
	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de PH e cloro Monte Leal	24,602.71
	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de PH e cloro Quintas da Torre	21,197.21
	Beneficiárias das instalações eléctricas das redes de abastecimento de água e	45,525.23
	Ampliação da rede de saneamento na freguesia das Donas	112,538.87
Investimentos obrigatórios	Remodelação do colector de Ribeira de Silveiras	60,399.24
	Construção rede de abastecimento Quinta da Areeira	19,049.34
	Ampliação da rede de saneamento em Silveiras - Cimo do Lugar	20,000.00
	Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais nas Ruas dos Tintureiros e Mestre	128,000.00
	Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais na Estrada Principal do Salgueiro	172,992.77
	Rede Abastecimento e Drenagem de Águas Residuais no Caminho das Azenhas	46,745.00
	Sub-total	694,112.86
	Telegestão e telemetria	53,391.28
	Sectorização da rede de abastecimento de água	82,836.17
	Plano de minimização de perdas de água	40,000.00
Outros Investimentos	Inspeção e reparação de colectores	6,500.00
	Rehabilitação do parque contadores	142,526.53
	Gestão de clientes e marketing	108,723.52
	Formação e motivação de colaboradores	17,299.00
	Implementação de um sistema integrado de qualidade e ambiente	15,000.00
	Implementação de um sistema de higiene, segurança e saúde no trabalho	10,000.00
	Sub-total	470,276.50
	<b>Total</b>	<b>1,170,389.36</b>

p.10

## OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquafundalia assumiu, como seu objectivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município do Fundão, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu accionista, a Aquafundalia apresentou e mantém até hoje, um projecto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquafundalia tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquafundalia é definida em relação directa com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam directamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objectivos do sistema de gestão



da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Aquafundalia procura conciliar o interesse e os objectivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2013 de 23 pessoas, o mesmo número que em 2012.

### ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquafundalia espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adoptando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que se a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquafundalia no ano de 2013, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respectivas notas.

Damos nota, que para o exercício de 2013 a empresa aplicou as normas IFRS nas matérias omissas, e procedeu ao ajuste das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de 2009), de acordo com a versão das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRFs) em vigor à data de 31 de Dezembro de 2013.

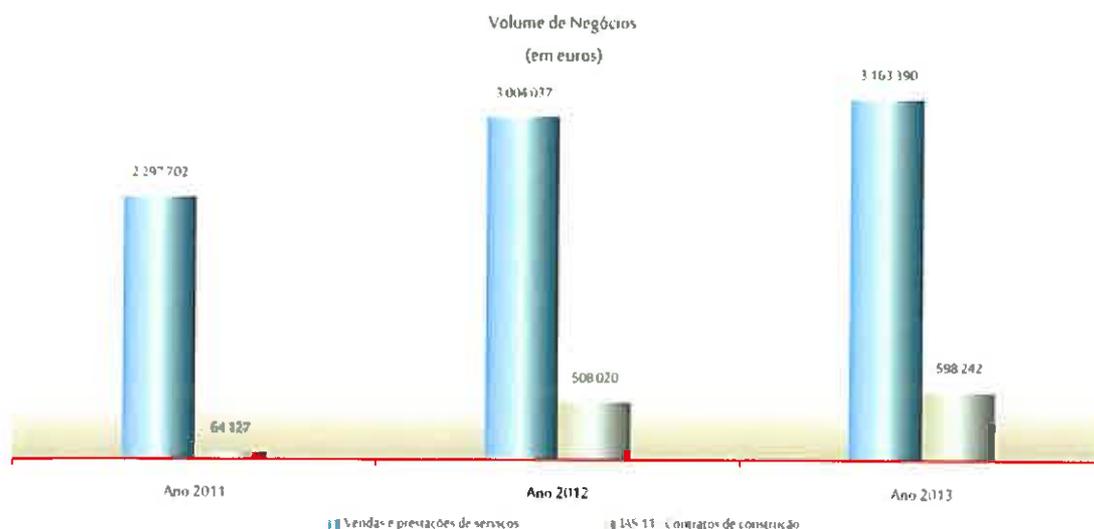
p.11

#### Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.762 milhões de euros (3.163 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 0.598 milhões de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício actual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 5.03% (de 3,004,037.02 euros em 2012 para 3,163,390.24 euros em 2013), tendo no mesmo sentido, a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11, acrescido a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 17.76% (de 508,019.86 euros em 2012 para 598,242.16 euros em 2013).

Para um melhor entendimento, apresentamos o gráfico da evolução do volume de negócios:



### Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquafundalia foi em 2013 de 3,850,750.59 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3,485,678.14 euros, representa um acréscimo de 10.47%.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 1,573,745.46 euros, representando cerca de 40.87% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1,582,820.55 euros, representando então cerca de 45.41% do total dos gastos do exercício. Em valor absoluto, a variação entre exercícios da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de menos 1%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou 1,034,883.35 euros, representando cerca de 26.87% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 779,626.76 euros, representando então cerca de 22.37% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 32.74%.

Para o total dos gastos contribuiu ainda a rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2013, contribuindo para 15.54% dos gastos totais, o equivalente a 598,242.16 euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 396,864.38 euros, representando cerca de 10.31% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 382,274.55 euros, representando então cerca de 10.97% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de 3.82%.

A Aquafundalia registou em 2013 dívidas incobráveis no montante de 14,410.94 euros, um valor comparável ao registado em 2012 (15,629.71 euros).

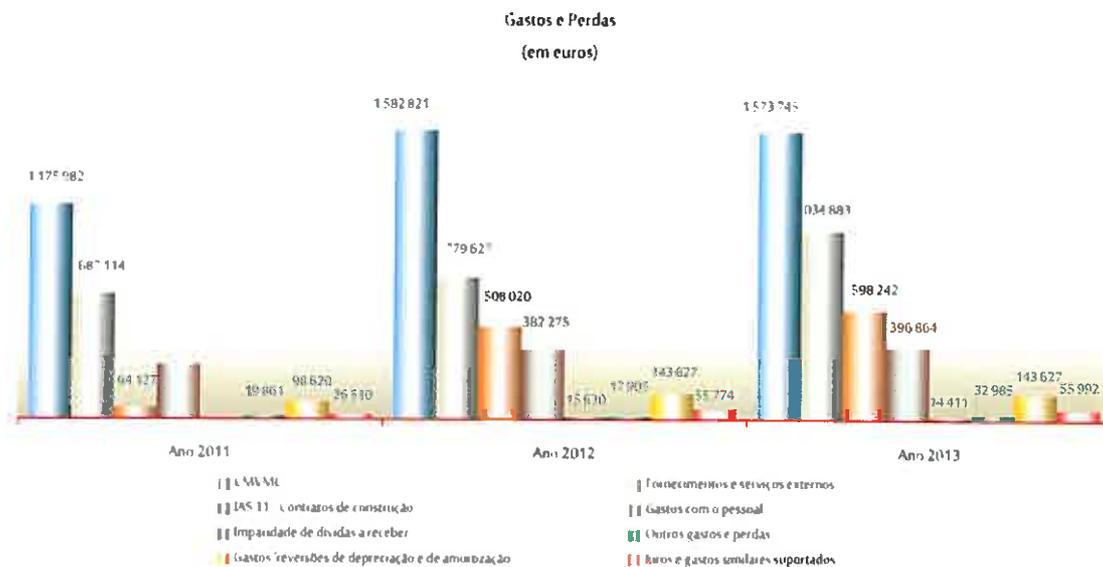
A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2013 cerca de 32,984.90 euros (0.86% do total dos gastos do período), tendo registado em 2012 cerca de 17,905.43 euros (0.51% do total dos gastos do período). A variação entre exercícios da rubrica outros gastos e perdas apresentou um substancial acréscimo percentual de 84.22%, para o qual contribuíram decisivamente, entre outros, a contabilização de impostos e taxas diversas no montante de

21,199.95 euros, donativos no montante de 5,430.00 euros, gastos relativos a sinistros com viaturas no montante de 2,157.09 euros, prestações de serviços bancários no montante de 3,915.49 euros e gastos relativos a períodos anteriores no montante de 282.37 euros.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações manteve-se inalterado, apresentando cerca de 143,627.33 euros, para o período em análise, face a 143,627.30 euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respectivamente 3.73% e 4.12%, sendo a sua variação nula.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquafundalia, registou no ano de 2013 cerca de 55,992.07 euros (equivalente a 1.45% do total dos gastos do exercício), que em comparação com o ano anterior representa um ligeiríssimo acréscimo de 0.39%, quando a mesma rubrica registava 55,773.98 euros (equivalente a 1.60% do total dos gastos do exercício).

No gráfico seguinte apresentamos, para melhor análise visual, a evolução da estrutura de gastos da Aquafundalia entre os períodos de 2011 e 2013.



p.13

### Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquafundalia foi em 2013 de 3,764,833.69 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3,521,547.09 euros, representa um acréscimo de 6.91%.

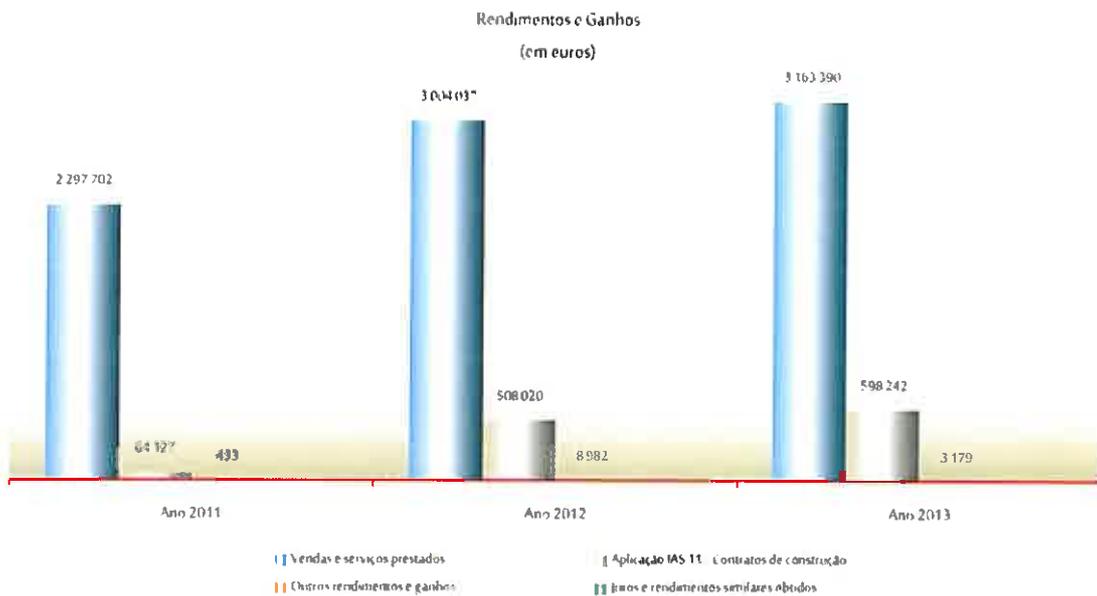
A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2013 cerca de 3,163,390.24 euros, que comparado com o exercício anterior revela um acréscimo de 5.30% face ao valor de 3,004,037.02 euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2013 com 598,242.16 euros, face ao o valor de 508,019.86 euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que registou 3,179.24 euros, reflecte os valores de excesso da estimativa para impostos, juros de mora cobrados e ajustes efectuados sobre valores de exercícios anteriores. A mesma rubrica, registava em 2012 o valor de 8,981.73 euros.

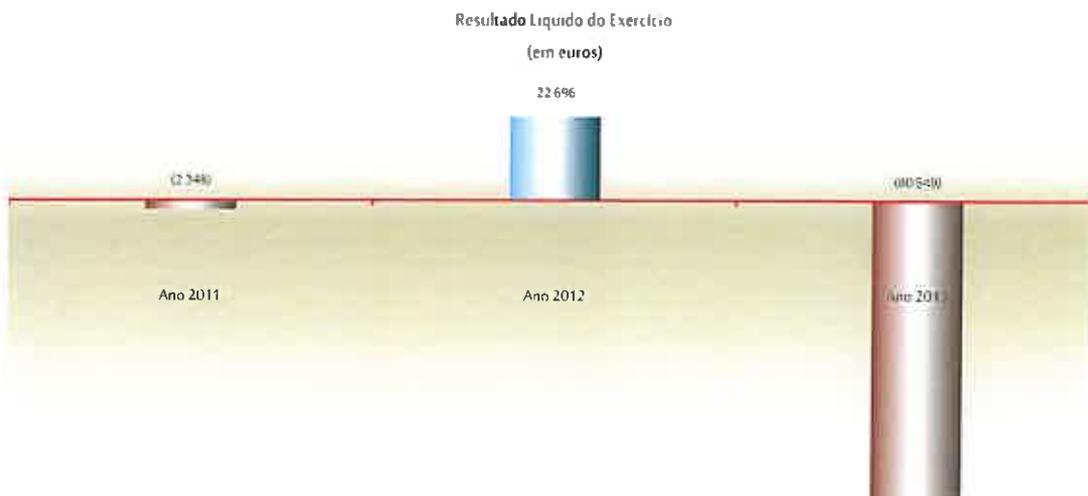
Tal como em 2012, foram registados durante o exercício de 2013 montantes diminutos, relativamente a juros ou rendimentos similares obtidos.

No gráfico a seguir podemos observar o peso relativo das rubricas de rendimentos e ganhos, relativamente aos seus saldos anuais dos últimos 3 anos:

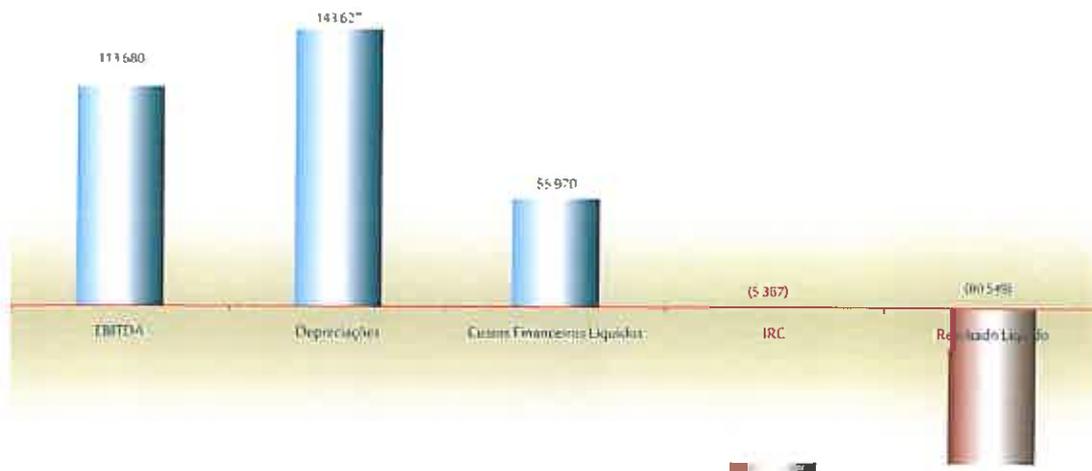


**Resultado Líquido do Exercício**

O resultado líquido do exercício, que ascende a uma perda de 80,549.44 euros, representa uma degradação substancial face ao exercício anterior, no qual o mesmo se apresentou positivo em cerca de 22,695.58 euros.



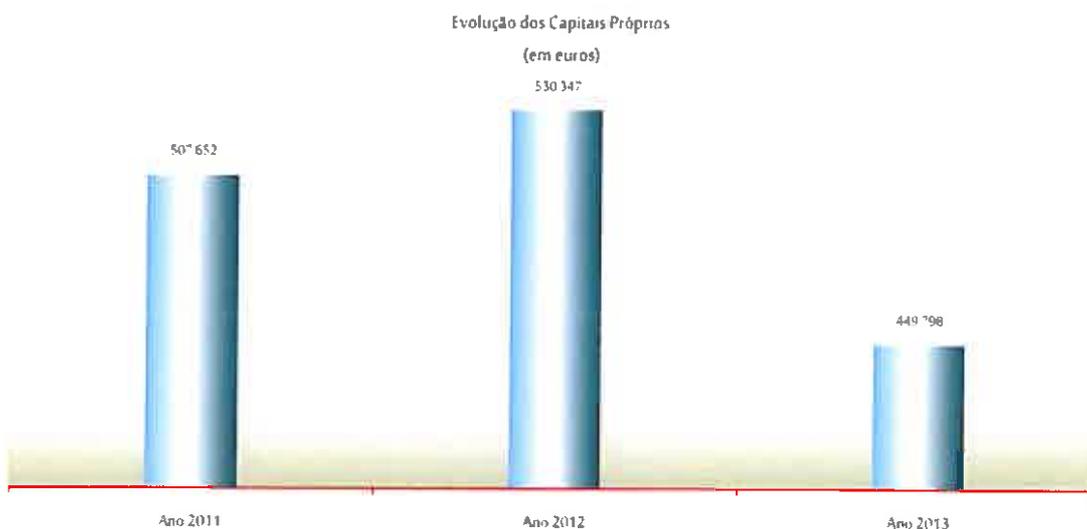
No gráfico a seguir podemos observar em detalhe a composição dos valores que constituem a ponte entre o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos e o resultado líquido do período:



### Evolução dos Capitais Próprios

p.15

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquafundalia, a mesma apresenta-se no final do exercício de 2013 e dos dois anos subsequentes, da seguinte forma:



Apesar do ambiente macroeconómico difícil e de um claro abrandamento do consumo, a Aquafundalia encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável,

Embora muito dependentes da actual conjuntura económica nacional, todos resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas correctivas durante todo o período em análise neste relatório.

No actual contexto de agravamento do quadro macroeconómico, as perspectivas elaboradas para 2014 e anos seguintes, embora mais difíceis de alcançar, mantêm-se válidas.

### Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 113,680.45 euros relativamente ao período em análise, apresentando uma substancial diminuição de quase 52% comparativamente com o período anterior.

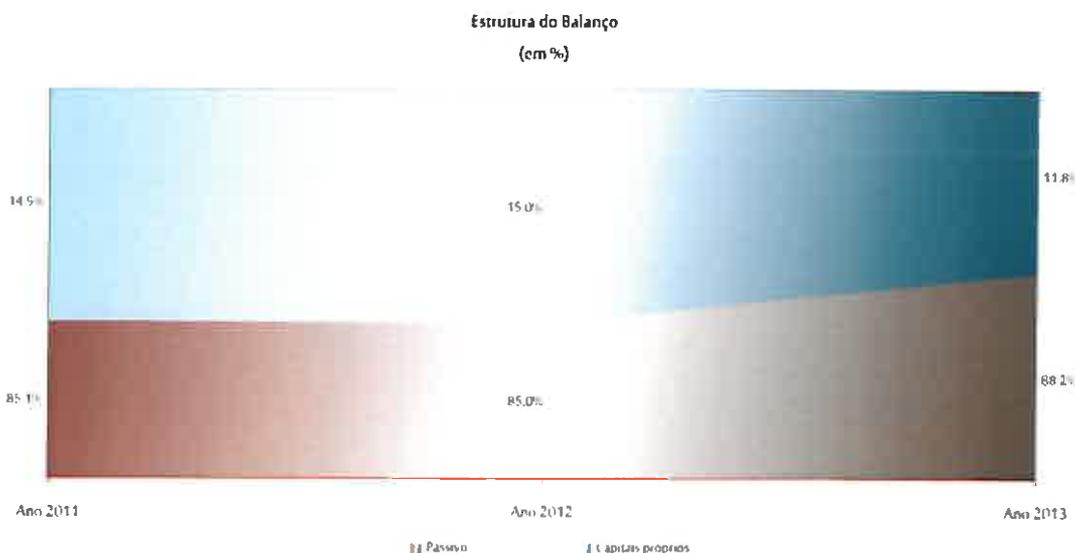
Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um acentuado incremento, situando-se no final de 2013 em menos 29,946.88 euros.

	Ano 2013	Ano 2012
Rentabilidade do activo total	(2.11%)	0.64%
Rentabilidade dos capitais próprios	(17.91%)	4.28%
Rentabilidade das vendas	(2.14%)	0.65%
EBITDA	113.680.45	234.761.75
EBIT	(29.946.88)	91.134.45

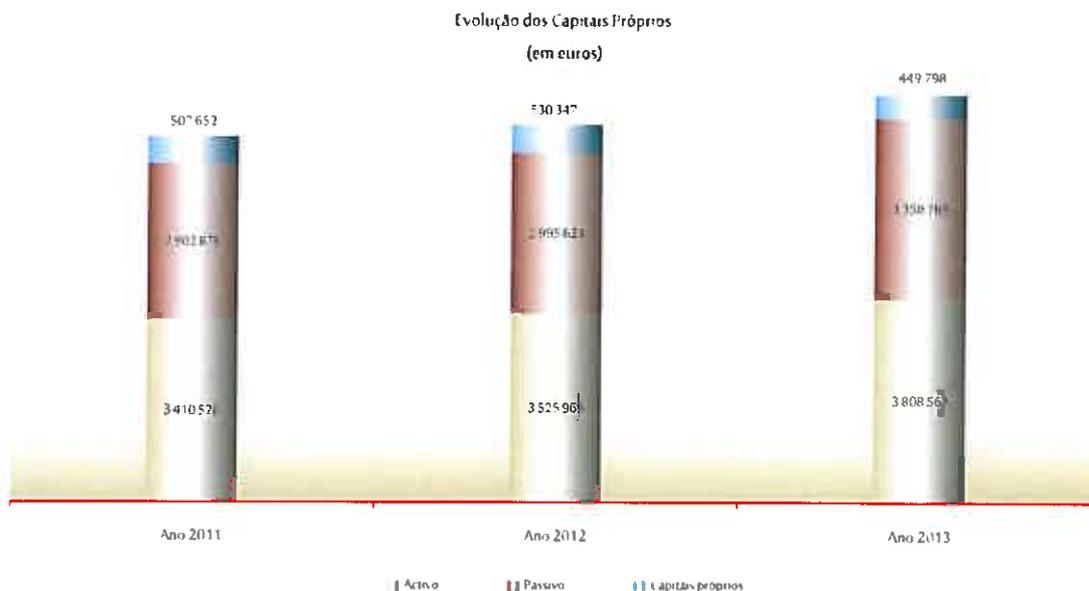
### Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, em especial nos três últimos anos, reflecte uma tendência de alguma estabilidade entre as principais rubricas; activo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o activo passou de 3,525,968.84 euros em 2012 para 3,808,562.70 euros em 2013. O incremento desta rubrica de balanço, activo não corrente, deve-se na sua maior parte à contabilização como activo intangível em curso, de todos os trabalhos do plano de Investimentos realizados ao abrigo do contrato de concessão durante o ano de 2013.



Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 530,347.41 euros em 2012 para 449,797.97 euros em 2013, tendo desta forma diminuído a sua importância na estrutura de capitais, passando de 15.04% para 11.81%, em linha com o aumento do valor do passivo, de 2,995,621.43 euros em 2012 para 3,358,764.73 euros em 2013.



p.17

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2013, em termos percentuais, uma ligeira degradação dos mesmos face ao ano de 2012:

	Ano 2013	Ano 2012
Capitais próprios	449.797,97	530.347,41
Passivo total	3.358.764,73	2.995.621,43
Passivo corrente	3.212.756,66	2.895.256,83
Activo total	3.808.562,70	3.525.968,84
Autonomia financeira (Capitais próprios/Activo total)	11,81%	15,04%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	13,39%	17,70%
Endividamento (Passivo total/Activo total)	88,19%	84,96%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	95,65%	96,65%

## FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

## EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquafundalia dá por terminado o seu mandato para o triénio 2011-2013 com um elevado sentido de responsabilidade que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que vivemos terá, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Reconhecendo porém, que também nas crises surgem oportunidades, a Administração da Aquafundalia está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de gastos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Aquafundalia com muito optimismo e confiança.

#### DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido negativo do período, que ascendeu a 80,549.44 euros, seja dada a seguinte aplicação:

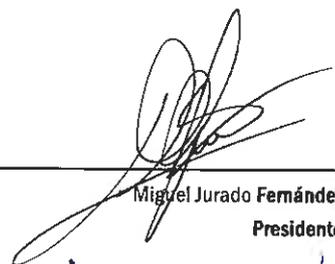
Para Resultados Transitados: -80,549.44 euros

## AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquafundalia aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

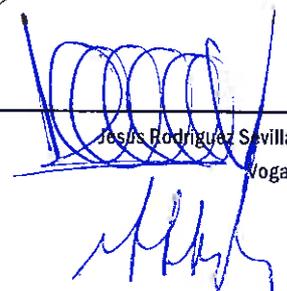
Fundão, aos 29 de Julho de 2014

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



---

Miguel Jurado Fernández  
Presidente



---

Jesús Rodríguez Sevilla  
Vogal



---

Isidoro Antonio Marbán Fernández  
Vogal



---

Artur António Baptista Vidal  
Vogal

p.19

*[Handwritten signature]*



## 02. | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS





## BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetária (1)

	NOTAS	2013	2012
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	3.2 ; 6	21.968,89	32.262,78
Activos Intangíveis	3.1 ; 3.3 : 6	2.961.041,69	2.450.489,50
Activos por impostos diferidos	3.4 ; 7	39.449,79	26.596,62
<b>sub-total</b>		<b>3.022.460,37</b>	<b>2.509.348,90</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	3.5	24.761,11	35.078,06
Clientes	3.7 ; 9	490.084,38	717.559,56
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 8	65.393,98	44.109,38
Outras contas a receber	3.7 ; 9	120.632,95	116.371,00
Diferimentos	3.7 ; 10	1.965,32	1.907,50
Caixa e depósitos bancários	3.7 ; 11	83.264,59	101.594,44
<b>sub-total</b>		<b>786.102,33</b>	<b>1.016.619,94</b>
<b>Total do activo</b>		<b>3.808.562,70</b>	<b>3.525.968,84</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	3,6	510.000,00	510.000,00
Reservas legais	3,6	1.134,78	0,00
Outras reservas	3,6	21.560,80	0,00
Resultados transferidos	3,6	(2.348,17)	(2.348,17)
Resultado líquido do período	3,6	(80.549,44)	22.695,58
<b>Total do capital próprio</b>		<b>449.797,97</b>	<b>530.347,41</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Outras contas a pagar	3.7 ; 13	146.008,07	100.364,60
<b>sub-total</b>		<b>146.008,07</b>	<b>100.364,60</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.7 ; 13	340.266,78	124.107,47
Estado e outros entes públicos	3.4 ; 8	17.639,04	35.331,82
Acionistas/sócios	3.7 ; 12	1.715.000,00	1.715.000,00
Outras contas a pagar	3.7 ; 13	1.139.850,84	1.020.817,54
<b>sub-total</b>		<b>3.212.756,66</b>	<b>2.895.256,83</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>3.358.764,73</b>	<b>2.995.621,43</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>3.808.562,70</b>	<b>3.525.968,84</b>

p.21

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetária (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2013	2012
Vendas e serviços prestados	3.8 ; 14	3,761,632.40	3,512,256.88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.5 ; 15	(1,573,745.46)	(1,582,820.55)
Fornecimentos e serviços externos	16	(1,633,125.51)	(1,287,846.62)
Gastos com o pessoal	17	(396,864.38)	(382,274.55)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19	(14,410.94)	(15,629.71)
Outros rendimentos e ganhos	18	3,179.24	8,981.73
Outros gastos e perdas	19	(32,984.90)	(17,905.43)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>113,680.45</b>	<b>234,761.75</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	(143,627.33)	(143,627.30)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(29,946.88)</b>	<b>91,134.45</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	21	22.05	508.48
Juros e gastos similares suportados	21	(55,992.07)	(55,773.98)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(85,916.90)</b>	<b>35,868.95</b>
Imposto sobre o rendimento do período	22	5,367.46	(13,173.37)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(80,549.44)</b>	<b>22,695.58</b>

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

p.22



## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	2013	2012
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	3.566.702,64	3.621.519,59
Pagamentos a fornecedores	(2.422.572,58)	(3.129.734,63)
Pagamentos ao pessoal	(412.318,00)	(397.819,68)
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento	(44.011,03)	(13.732,91)
Outros recebimentos/pagamentos	(311.294,75)	(345.597,61)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>376.506,27</b>	<b>(265.365,24)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		(2.250,41)
Activos Intangíveis	(338.866,10)	(812.813,14)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	22,05	508,48
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(338.844,05)</b>	<b>(814.555,07)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		1.000.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(55.992,07)	(55.773,98)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>(55.992,07)</b>	<b>944.226,02</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>(18.329,85)</b>	<b>(135.694,29)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>101.594,44</b>	<b>237.288,73</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>83.264,59</b>	<b>101.594,44</b>

p.23

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências do relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

*Unidade monetária: (R\$)*

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas legais	Reservas livres	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período	510.000,00			(2.348,17)	22.695,58	530.347,41
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados		1.134,78	21.560,80		(22.695,58)	0,00
<b>Total dos aumentos/diminuições directas no capital próprio</b>	<b>510.000,00</b>	<b>1.134,78</b>	<b>21.560,80</b>	<b>(2.348,17)</b>		<b>530.347,41</b>
Resultado líquido do período					(80.549,44)	(80.549,44)
<b>Posição no fim do período</b>	<b>510.000,00</b>	<b>1.134,78</b>	<b>21.560,80</b>	<b>(2.348,17)</b>	<b>(80.549,44)</b>	<b>449.797,97</b>

*(R\$ - Deixa, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de reais)*

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

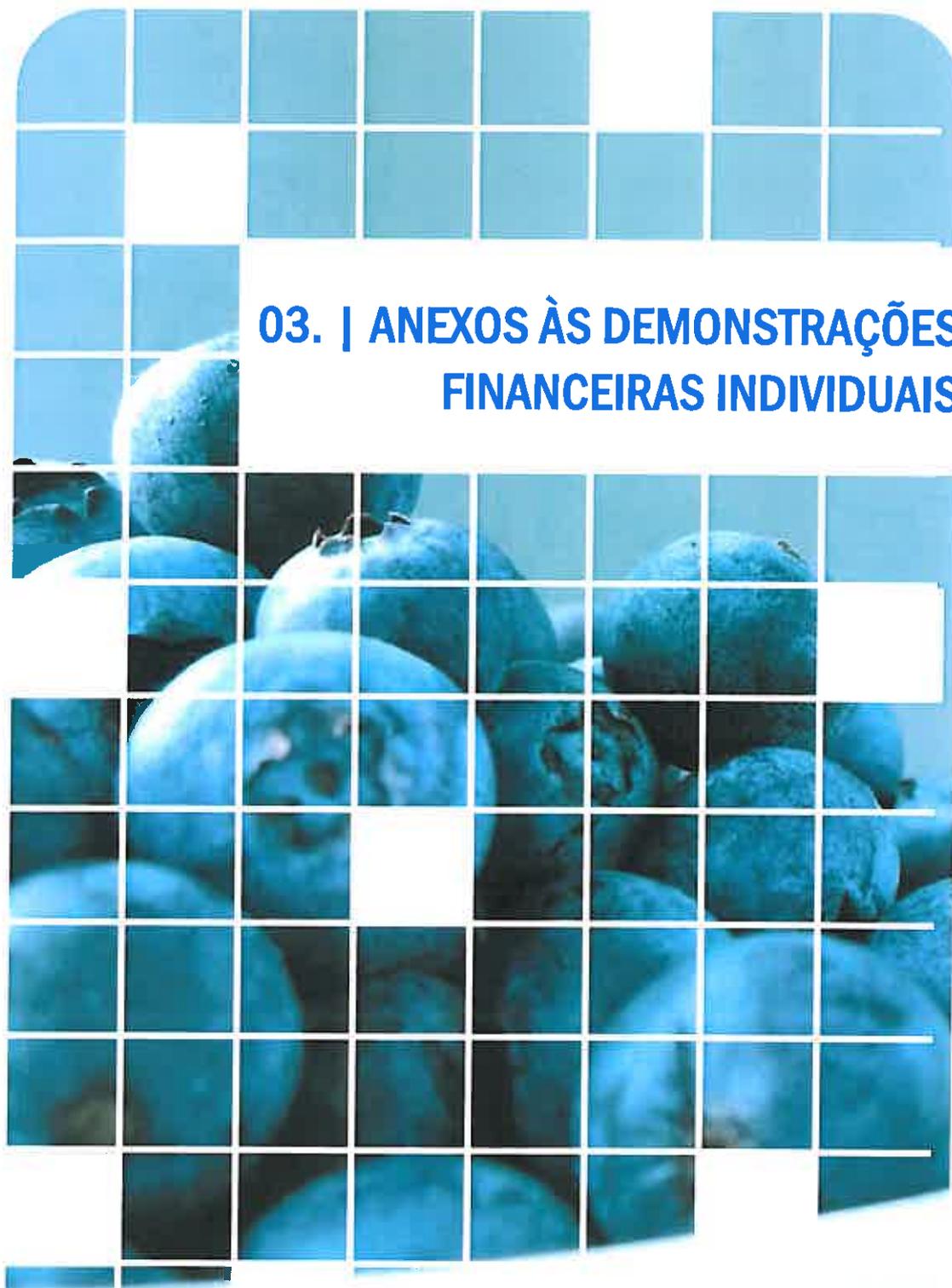
*Unidade monetária: (R\$)*

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital nominal	Reservas legais	Reservas livres	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	TOTAL
Posição no início do período	510.000,00			(2.348,17)	22.695,58	507.651,83
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados		1.134,78	21.560,80		(22.695,58)	0,00
Aumentos/diminuições no exercício de valuation de ativos fixos					(2.348,17)	507.651,83
<b>Total dos aumentos/diminuições directas no capital próprio</b>	<b>510.000,00</b>			<b>(2.348,17)</b>		<b>507.651,83</b>
Resultado líquido do período					22.695,58	22.695,58
<b>Posição no fim do período</b>	<b>510.000,00</b>			<b>(2.348,17)</b>	<b>22.695,58</b>	<b>530.347,41</b>

*(R\$ - Deixa, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de reais)*



### 03. | ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS





## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., é uma sociedade anónima, com sede na Rua Fernando Pessoa, Lote 195 no Fundão, constituída a 17 de Fevereiro de 2011, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Maio de 2011, tendo como actividade principal a concessão da Exploração e a Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, Infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações excepcionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquafundalia, apresentadas em anexo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da Informação comparativa a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com o SNC.

p.26

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS /IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia a 1 de Janeiro de 2010, nas matérias omissas relativamente ao âmbito da aplicação do SNC.

### 3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador - ERSAR - nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 - Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71 emitido pelo FASB e a ED emitidas pelo IASB). Estas

regras prescrevem que uma empresa deve reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua actividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

#### IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao município, um activo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário.

A empresa estabeleceu contractualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 2 milhões de euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível.

Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infraestruturas.

p.27

Uma vez que a concessão contempla a prestação de bens do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquafundalia reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	8 anos

No momento do abate ou alienação serão calculados os ganhos ou perdas respectivos, face ao valor líquido dos bens, e serão registados como outros rendimentos ou custos operacionais.

### 3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público.



Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num activo intangível.

O activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

### 3.4. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

p.28

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no Resultado líquido do período, em Outras Reservas ou em Excedentes de revalorização de activos tangíveis ou intangíveis, consoante o registo da transacção ou evento que lhes deu origem.

### 3.5. INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

### 3.6. RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

#### Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).



#### **Reservas Livres**

As reservas livres resultam sempre de uma decisão de aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral de acordo com o Código das Sociedades Comerciais.

Nada no Código das Sociedades Comerciais, impede que as reservas livres sejam distribuídas aos sócios, desde que resulte de uma decisão tomada em assembleia-geral. A reserva livre é um bem social; como tal, deverá ser previamente objecto de deliberação social. A deliberação é tomada por maioria dos votos emitidos.

#### **Resultados transitados**

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

#### **Resultado líquido do período**

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no exercício.

### **3.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os Instrumentos financeiros na empresa classificam-se conforme detalhe seguinte e a sua mensuração depende da categoria:

#### **Clientes**

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido. As perdas por imparidade serão registadas quando existir informação objectiva da incobrabilidade da dívida.

p.29

#### **Estado e outros entes públicos**

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

#### **Outras contas a receber**

As outras contas a receber incluem, devedores por acréscimos de rendimentos, dívidas do pessoal e outros devedores, e encontram-se valorizadas ao custo.

#### **Diferimentos**

Esta rubrica reflecte as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

#### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

**Accionistas/sócios**

A rubrica de accionistas/sócios registada no balanço respeita a suprimentos concedidos pelos accionistas e encontram-se valorizados ao custo.

**Outras contas a pagar**

As outras contas a pagar incluem, credores por acréscimos de rendimentos, fornecedores de investimento, dívidas ao pessoal e outros credores, e encontram-se valorizadas ao custo.

**Fornecedores**

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

**3.8. RÉDITO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS**

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

p.30

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos períodos pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

**3.9. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os períodos futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

**3.10. ACRÉSCIMOS DE GASTOS COM INVESTIMENTOS REVERSÍVEIS**

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos reversíveis da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento reversível definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.



Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos reversíveis visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

### 3.11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de período, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.



### 3.12. GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

### 3.13. ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em períodos seguintes são reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações.

## 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de rendimentos, gastos, activos, passivos e divulgações à data do reporte da informação financeira.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (I) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (II) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes dos apresentados nestas estimativas.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013, não ocorreram alterações significativas de estimativas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da Informação financeira relativa ao período findo em 31 de Dezembro de 2012.

## 5. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa aqualia - Gestion Integral del Agua, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respectivo grupo.

Relativamente às transacções entre partes relacionadas, a 31 de Dezembro de 2013, o detalhe dos saldos respectivos era o seguinte:



	Ano 2013	Ano 2012
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores C/C</b>		
aqualia Gestlon Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	236,959,90	72,153,67
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
<b>Accionistas/Sócios</b>		
aqualia Gestlon Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	1.715.000,00	1.715,000,00
<i>(Transacções relativas a Empréstimos Concedidos pela casa-mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>		
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		
aqualia Gestlon Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	667,266,16	407,936,00
<i>(Transacções relativas a aquisição de Imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
<b>Outros devedores e credores</b>		
aqualia Gestlon Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	60,547,12	42,169,03
<i>(Transacções relativas a juros do empréstimo concedido pela casa-mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>		
<b>Total</b>	<b>2,679,773,18</b>	<b>2,237,258,70</b>

O detalhe das transacções entre as partes relacionadas no ano 2013, fol o seguinte:

p.33

TRANSACÇÕES ANO 2013	TOTAL DÉBITO	TOTAL CRÉDITO
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores C/C</b>		
aqualia Gestlon Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	269.872,02	434.678,25
<i>(Transacções relativas a Trabalhos Especializados. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
<b>Accionistas/Sócios</b>		
aqualia Gestlon Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	0,00	0,00
<i>(Transacções relativas a Empréstimos Concedidos pela casa mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>		
<b>Fornecedores de investimentos</b>		
aqualia Gestlon Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	624.802,00	884.132,16
<i>(Transacções relativas a aquisição de imobilizado. As condições de pagamentos são idênticas às aplicadas aos restantes fornecedores)</i>		
<b>Outros devedores e credores</b>		
aqualia Gestlon Integral del Agua, S.A. (Delegação de Madrid)	28.521,37	46.899,46
<i>(Transacções relativas a juros do empréstimo concedido pela casa-mãe. As condições de pagamentos são as especificadas no contrato de empréstimo assinado entre as partes)</i>		
<b>Total</b>	<b>923.195,39</b>	<b>1.365.709,87</b>

## 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis e intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, fol o seguinte:



ACTIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2012
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	21.830,04	0,00	0,00	21.830,04
Equipamento de transporte	6.600,42	0,00	0,00	6.600,42
Equipamento administrativo	23.857,53	0,00	0,00	23.857,53
<b>Total</b>	<b>52.287,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.287,99</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	11.719,18	3.906,39	0,00	7.812,79
Equipamento de transporte	4.387,70	1.650,10	0,00	2.737,60
Equipamento administrativo	14.212,22	4.737,40	0,00	9.474,82
<b>Total</b>	<b>30.319,10</b>	<b>10.293,89</b>	<b>0,00</b>	<b>20.025,21</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>21.968,89</b>	<b>(10.293,89)</b>	<b>0,00</b>	<b>32.262,78</b>

ACTIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2012
Activos Intangíveis				
em Firme	2.366.375,09	172.938,11	0,00	2.193.436,98
em Curso	804.214,27	425.304,05	0,00	378.910,22
<b>Total</b>	<b>3.170.589,36</b>	<b>598.242,16</b>	<b>0,00</b>	<b>2.572.347,20</b>

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Activos Intangíveis				
em Firme	209.547,67	87.689,97	0,00	121.857,70
<b>Total</b>	<b>209.547,67</b>	<b>87.689,97</b>	<b>0,00</b>	<b>121.857,70</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>2.961.041,69</b>	<b>510.552,19</b>	<b>0,00</b>	<b>2.450.489,50</b>

p.34

## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Para cálculo dos impostos diferidos activos foi utilizada a taxa de imposto futura de 23% acrescida da derrama do Município de Fundão – 1.50%.

O detalhe da rubrica de impostos diferidos a 31 de Dezembro de 2013, e de acordo com as diferenças temporárias que lhe deram origem, era o seguinte:

	Ano 2013		Ano 2012	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
<b>Saldo inicial</b>	<b>26,596.62</b>	<b>0,00</b>	<b>11,777.78</b>	<b>0,00</b>
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais	12,853.17	0,00	14,818.84	0,00
<b>Total dos efeitos na demonstração de resultados</b>	<b>12,853.17</b>	<b>0,00</b>	<b>14,818.84</b>	<b>0,00</b>
<b>Saldo final</b>	<b>39,449.79</b>	<b>0,00</b>	<b>26,596.62</b>	<b>0,00</b>

Este valor é calculado aplicando a taxa de imposto acima referida ao valor de 161,019.56, que resulta da diferença entre o valor das amortizações aceites e as não aceites fiscalmente.

## 8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de Dezembro de 2013 a conta de estado e outros entes públicos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	22.114,29	6.095,47
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	43.279,69	38.013,91
<b>Total</b>	<b>65.393,98</b>	<b>44.109,38</b>
	Ano 2013	Ano 2012
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	7.485,71	27.992,21
Retenção de impostos sobre o rendimento	2.867,72	1.677,95
Contribuições para a segurança social	7.285,61	5.661,66
<b>Total</b>	<b>17.639,04</b>	<b>35.331,82</b>

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

A rubrica Clientes C/C reflecte o valor em dívida dos consumidores finais a 31 de Dezembro de 2013.

p.35

	Ano 2013	Ano 2012
<b>Clientes</b>		
Clientes C/C	505.714,09	733.189,27
Perdas por Imparidade Acumuladas	(15.629,71)	(15.629,71)
<b>Total</b>	<b>490.084,38</b>	<b>717.559,56</b>

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
<b>Outras contas a receber</b>		
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>		
Estimativa de produção pendente de facturação (1)	112.280,75	112.280,75
Devedores e credores diversos	8.352,20	4.090,25
<b>Total</b>	<b>120.632,95</b>	<b>116.371,00</b>

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazimento temporal, entre a facturação e a contagem real dos consumos efectuados.

## 10. DIFERIMENTOS

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
<b>Diferimentos</b>		
Gastos a reconhecer	1.965,32	1.907,50
<b>Total</b>	<b>1.965,32</b>	<b>1.907,50</b>

## 11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2013 e a reconciliação entre esse valor e o montante de caixa e equivalentes de caixa constante da demonstração da posição financeira nessa data era:

	Ano 2013	Ano 2012
Caixa	578,84	8.651,96
Depósitos à ordem		
Caixa Geral de Depósitos	69.278,43	61.896,20
Banco Espírito Santo	13.407,32	31.046,28
<b>Total</b>	<b>83.264,59</b>	<b>101.594,44</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	83.264,59	101.594,44

## 12. ACCIONISTAS/SÓCIOS

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de accionistas/sócios apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Accionistas/Sócios		
Empréstimos concedidos		
aquaia Gestión Integral del Agua, S.A.	1.715.000,00	1.715.000,00
<b>Total</b>	<b>1.715.000,00</b>	<b>1.715.000,00</b>

*Nota: O valor apresentado na rubrica de accionistas/sócios diz respeito a um empréstimo corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de Dezembro de cada ano e renovações sucessivas. Este financiamento está neste momento negociada à taxa de juro de 3,00% acrescida de Euribor a 3 meses.*

p.36

## 13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

A rubrica de fornecedores de conta corrente reflecte as facturas em aberto, a pagar a fornecedores diversos, à data de 31 de Dezembro de 2013, sendo o seu detalhe o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Fornecedores		
Fornecedores C/C	340.266,78	124.107,47
<b>Total</b>	<b>340.266,78</b>	<b>124.107,47</b>

A 31 de Dezembro de 2013, o detalhe da rubrica de outras contas a pagar (decomposto entre passivo não corrente e passivo corrente), era o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Passivo não corrente		
Outras contas a pagar		
Relativas a Investimentos reversíveis - Acréscimo de gastos (nota 3.10)	146.008,07	100.364,60
<b>Total</b>	<b>146.008,07</b>	<b>100.364,60</b>

	Ano 2013	Ano 2012
<b>Passivo corrente</b>		
Outras contas a pagar		
Pessoal	0.00	17.809,17
Fornecedores de Investimentos	667.312,06	407.936,00
Credores por acréscimos de gastos	207.661,89	294.856,29
Devedores e credores diversos	264.676,89	300.216,08
<b>Total</b>	<b>1.139.850,84</b>	<b>1.020.817,54</b>

*Nota: A variação da rubrica acima mencionada resulta em parte, do aumento do valor em dívida para com a aquilla Gestão Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal), relativamente à realização do Plano de Investimentos contratado com o Município do Fundão, associado a uma ligeira redução do montante do valor dos acréscimos de custos a transitar para exercícios posteriores.*

## 14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de vendas e prestações de serviços apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Vendas	1,979,049.56	1,885,555.27
Serviços prestados	1,184,340.68	1,118,481.75
Subcontratos (2)	598,242.16	508,219.86
<b>Total</b>	<b>3,761,632.40</b>	<b>3,512,256.88</b>

*(2) Corresponde à componente de rendimentos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das Infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.*

p.37

## 15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A 31 de Dezembro de 2013 o detalhe da conta de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas é o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
<b>Matérias-primas</b>		
Existências iniciais	35.078,06	28.490,57
Compras	1.563.428,51	1.589.408,04
Existências finais	24.761,11	35.078,06
<b>Total</b>	<b>1.573.745,46</b>	<b>1.582.820,55</b>

## 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Subcontratos (2)	598,242.16	508,219.86
Serviços especializados	764,306.43	523,571.97
Materiais	7,582.50	9,682.51
Energia e fluidos	93,779.47	80,305.42
Deslocações, estadas e transportes	8,764.55	7,231.94
Serviços diversos	160,450.40	158,834.92
<b>Total</b>	<b>1,633,125.51</b>	<b>1,287,846.62</b>

*(2) Corresponde à componente de gastos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das Infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.*



## 17. GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de gastos com o pessoal apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2013	Ano 2012
Remunerações	297,057.32	302,180.14
Encargos sociais	63,159.89	56,783.98
Seguros de acidentes de trabalho	4,003.84	5,096.22
Gastos de acção social (SHT)	7,637.70	4,790.61
Outros gastos com o pessoal	25,005.63	13,423.60
<b>Total</b>	<b>396,864.38</b>	<b>382,274.55</b>

*Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2013 de 23 pessoas.*

## 18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2013 o detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos era como segue:

	Ano 2013	Ano 2012
Excesso da estimativa para impostos	830.77	630.13
Correcções relativas a períodos anteriores	0.00	8,242.46
Outros rendimentos e ganhos	2,348.47	109.14
<b>Total</b>	<b>3,179.24</b>	<b>8,981.73</b>

## 19. OUTROS GASTOS E PERDAS

p.38

No ano 2013 foram registados perdas por imparidade 15,629.71 euros (evidenciada na nota 9 do presente anexo). Não obstante, o impacto das dívidas incobráveis no resultado do exercício foi de 14.410,94 euros. No ano 2012 estes valores foram de 15,629.71 euros, considerados incobráveis pela totalidade.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2013	Ano 2012
Impostos e taxas	21,199.95	9,183.11
Dívidas Incobráveis/Imparidade de dívidas a receber	14,410.94	15,629.71
Donativos	5,430.00	2,800.00
Multas e penalidades	0.00	561.00
Serviços bancários	3,915.49	3,903.53
Correcções relativas a períodos anteriores	282.37	153.50
Outros gastos e perdas	2,157.09	1,304.29
<b>Total</b>	<b>47,395.84</b>	<b>33,535.14</b>



## 20. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Em 31 de Dezembro de 2013, o detalhe da rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
<b>Activos fixos tangíveis</b>		
Equipamento básico	3.906.39	3.906.40
Equipamento de transporte	1.650.10	1.650.10
Equipamento administrativo	4.737.40	4.737.42
<b>Activos Intangíveis</b>		
Outros activos Intangíveis (Cannon)	66.666.72	66.666.72
Outros activos Intangíveis (Reversíveis)	66.666.72	66.666.66
<b>Total</b>	<b>143.627.33</b>	<b>143.627.30</b>

## 21. RESULTADOS FINANCEIROS

A rubrica de resultados financeiros apresentava no período findo em 31 de Dezembro de 2013 a seguinte composição:

	Ano 2013	Ano 2012
<b>Juros obtidos</b>		
Juros e rendimentos similares obtidos	22.05	508.48
<b>Total</b>	<b>22.05</b>	<b>508.48</b>
<b>Juros suportados</b>		
Juros de financiamentos obtidos	55.992.07	55.773.98
<b>Total</b>	<b>55.992.07</b>	<b>55.773.98</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(55.970.02)</b>	<b>(55.265.50)</b>

p.39

## 22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (IRC) á taxa de 25% sobre a matéria colectável.

Ao valor da colecta de IRC acresce Derrama, a qual incide sobre o lucro tributável, que variará consoante o Município em questão. No caso do Município de Fundão a Derrama é de 1.5%.

Nos termos do Código do Imposto Sobre Rendimentos de Pessoas Colectivas (CIRC), a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas e condições nele previstas.

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração de resultados, no período findo em 31 de Dezembro de 2013, apresenta o seguinte detalhe:



	Ano 2013	Ano 2012
Resultado líquido do período (expurgado do impacto do imposto diferido)	(93.402,61)	7.876,74
Amortização de Investimentos reversíveis não aceites	66.666,72	66.666,66
Donativos	5.430,00	2.800,00
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	7.485,71	27.992,21
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	0,00	561,00
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00
Outros custos a acrescentar	0,00	0,00
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(6.011,72)	(10.746,50)
Excesso da estimativa para impostos	(830,77)	(630,13)
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00
<b>Lucro tributável</b>	<b>(20.662,67)</b>	<b>94.519,98</b>
Prejuízos reportados de anos anteriores 2008	0,00	0,00
Prejuízos reportados de anos anteriores 2009	0,00	0,00
Prejuízos reportados de anos anteriores 2010	0,00	0,00
Prejuízos reportados de anos anteriores 2011	0,00	(2.348,17)
Prejuízos reportados de anos anteriores 2012	0,00	0,00
<b>Materia colectável</b>	<b>(20.662,67)</b>	<b>92.171,81</b>
Imposto à taxa de 25,00%	0,00	23.042,95
Pagamento especial por conta	7.824,52	5.523,66
Retenções na fonte	5,77	71,71
Pagamento por conta	13.784,00	0,00
<b>IRC a pagar</b>	<b>(21.614,29)</b>	<b>17.447,58</b>
Derrama	0,00	1.417,80
Tributações autónomas	7.485,71	3.531,46
<b>Total a pagar</b>	<b>(14.128,58)</b>	<b>22.398,84</b>
<b>Imposto do período</b>	<b>7.485,71</b>	<b>27.992,21</b>

p.40

Analisando o Impacto do imposto diferido, temos:

Resultado antes do impacto do imposto diferido activo	(85.916,90)	35.868,95
Imposto diferido activo (2741 / 8122)	12.853,17	14.818,84
Imposto do período com Impacto do imposto diferido activo no resultado	5.367,46	(13.173,37)
<b>Resultado após Impacto do imposto diferido activo</b>	<b>(60.549,44)</b>	<b>22.695,58</b>

## 23. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

### 23.1 ACTIVOS CONTINGENTES

À data de 31 de Dezembro de 2013, não existiam na Aquafundalia activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

### 23.2 PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Foram prestadas pelas seguintes entidades, garantias bancárias à Câmara Municipal do Fundão, para garantia do cumprimento das obrigações assumidas no contrato celebrado com aquela entidade.

	Ano 2013	Ano 2012
aqualia Gestion Integral del Agua, S.A.	1.800.000,00	1.800.000,00
<b>Total</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>1.800.000,00</b>

## 25. LOCAÇÕES

### 25.1 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Foi celebrado contrato de *renting* com a empresa Rentlei no ano 2011, pelo período de 36 meses. Durante os 32 meses em que vigora o contrato pagaram-se as quantias que a seguir se indicam, prevendo-se que até final do mesmo venham a ser pagos mais 11,759.54 euros.

	Ano 2013	Ano 2012
Rentlei	48.267,60	45.808,69
<b>Total</b>	<b>48.267,60</b>	<b>45.808,69</b>

## 26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### 26.1 DIVULGAÇÃO EXIGIDA PELO N.º 1 DO ART.º 66 – A DO CSC

*Natureza e objectivo comercial das operações não incluídas no balanço e o respectivo impacto financeiro, quando os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes e na medida em que a divulgação de tais riscos ou benefícios seja necessária para os efeitos de avaliação da situação financeira da sociedade;*

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respectiva natureza, objectivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

p.41

### 26.2 DIVULGAÇÃO EXIGIDA PELO N.º 2 DO ART.º 66 – A DO CSC

*Honorários totais facturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais facturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais facturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais facturados a título de outros serviços que não sejam de revisão e auditoria.*

A decomposição dos honorários facturados durante o exercício pela Sociedade de Revisores Oficiais de contas é a indicada no quadro seguinte:

	Ano 2013	Ano 2012
Honorários pela Revisão Legal de Contas	5.406,00	5.531,60
<b>Total</b>	<b>5.406,00</b>	<b>5.531,60</b>



## 04. | CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 3.808.562,70 Euros e um total de capital próprio de 449.797,97 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 80.549,44 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

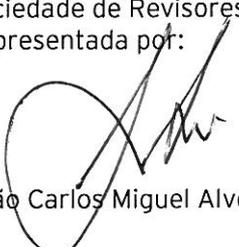
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 31 de Julho de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequação dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases e cujo conteúdo consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

## Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2013 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2013 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2013, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 31 de Julho de 2014

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

*[Handwritten signature]*

agufundolle - agude do fundo sa  
rua dr. alfredo mendes gl  
município municipal loja 15/16/quad. a  
6230-287 fone/fax  
www.agufundolle.pt